

TEXTO INTEGRAL

DA

ENTREVISTA DE VICTOR DE SÁ

AO «JORNAL DE NOTÍCIAS»

(22 DE MAIO DE 1969)



3)
21.134.3-9 Sá, Vítor de
Á

EDIÇÃO DO AUTOR / BRAGA

5,00

TEXTO INTEGRAL

DA
ENTREVISTA DE VICTOR DE SÁ
AO «JORNAL DE NOTÍCIAS»
(22 DE MAIO DE 1969)

MUNICIPIO DE BARCELOS

BIBLIOTECAMUNICIPAL

Nº 59120

Barcelos

EDIÇÃO DO AUTOR / BRAGA

A entrevista publicada no Suplemento Literário do «Jornal de Notícias» de 22 de Maio corrente, não correspondeu à integridade do pensamento que expuz ao Jornalista entrevistador, o meu Amigo César Príncipe. Não só foram suprimidas partes das minhas declarações, como até uma pergunta foi retirada por ter sido integralmente cortada a resposta. Versava ela esta «subversiva» questão: como estabelecer as bases de uma investigação científica em Portugal?

Promovo, pois, a presente edição, pelo respeito que devo aos meus amigos e aos meus leitores em geral, pelo respeito também que me devo a mim próprio, à integridade do meu pensamento, que procuro exprimir por modo reflectido e não apaixonado; um pensamento que, por outro lado, se manifesta com honestidade e no propósito de contribuir construtivamente para a justa equação de problemas fundamentais do País — de carácter pedagógico e cultural no presente caso.

Além disso, reeditando a entrevista, agora integralmente, dou ainda a minha contribuição para a rectificação de um erro.

Na realidade, dado o carácter das passagens suprimidas, põe-se naturalmente esta pergunta: qual o critério que presidiu ao censor para cortar tais passagens? Ora, outro motivo não se vislumbra que não seja um zeloso propósito anti-racionalista, no sentido de evitar qualquer modificação na orientação pedagógica que há várias décadas tem sido impressa ao ensino oficial português em todos os seus graus, desde o primário ao superior.

E esse propósito não é legítimo. Patriótico muito menos.

Eu não posso, nem qualquer intelectual civicamente responsável, deixar de denunciar um tal propósito como gravíssimo atentado à inteligência colectiva da Nação e à alta missão pedagógica que compete aos Professores.

Braga, 31 de Maio de 1969.

Victor de Sá

NOTA — Vão em itálico as passagens suprimidas pela censura.

Como se processou a influência proudhoniana na realidade portuguesa?

Essa corrente não teria sido apenas um impulso sobre as tendências de correspondente natureza, que se desenvolviam no nosso meio?

Sim, a influência proudhoniana conjuga-se bastante com certos aspectos da realidade social portuguesa, e daí o interesse que inicialmente me despertou o seu estudo. Se, no domínio literário, ela é reconhecida a partir de 1865 (ano da publicação das *Odes Modernas* de Antero de Quental) e de 1871 (ano da Comuna de Paris e das Conferências do Casino em Lisboa), parece-me, contudo, que não é apenas no campo da história literária que devemos considerar a influência do proudhonismo em Portugal. Proudhon foi um autor de interesse social e não literário. Considerar os problemas ideológicos do ponto de vista da história literária constitui uma limitação, senão mesmo uma deformação.

Esta observação parece-me tanto mais pertinente quanto é certo que a doutrina de Proudhon havia sido invocada em Portugal muito antes de ter seduzido os literatos da referida Geração de 1871. Em 1852, na realidade, algumas das ideias proudhonianas tinham sido expostas e criticadas em Portugal por Amorim Viana e por Oliveira Pinto, como já tive oportunidade de mostrar em obras há anos publicadas.

A hipótese da influência de Proudhon numa época anterior àquela em que tem sido reconhecida no domínio da história literária assentava no meu espírito em duas ordens de razões. Por

um lado, a predominância das ideias pequeno-burguesas: ela é tão nítida em Portugal a partir do liberalismo, que se admite sem dificuldade uma forte influência daquele pensador, o representante por excelência do socialismo pequeno-burguês. Por outro lado, a influência que efectivamente exerceu sobre alguns escritores portugueses da época do liberalismo, tais como o poeta Castilho e o historiador Herculano, a sua Memória sobre a propriedade publicada em 1840, *Qu'est-ce que la propriété?*

Mas no decurso das minhas investigações, pude constatar que outros pensadores socialistas ou socialisantes, além de Proudhon, exerceram também influência sobre diversos escritores portugueses que por meados do século XIX se interessaram mais vivamente pelos problemas sociais. Estou a pensar, por exemplo, em Solano Constâncio, Pinheiro Ferreira, Custódio José Vieira, José Maria do Casal Ribeiro, Henrique Nogueira, etc., que refletem influências de socialistas utópicos como Saint-Simon, Fourier e Robert Owen, ou de cristãos sociais como Lammenais, Pierre Leroux e Buchez, ou de socialistas republicanos como Louis Blanc. Assim se aliaram as suas influências à tendência pequeno-burguesa já existente no seio da sociedade liberal portuguesa.

Até que ponto mantém o ponto de vista sobre a importância do movimento ideológico de 1852, no Porto?

O movimento ideológico dessa época continua a parecer-me tão importante, que representa, como sabe, o fulcro das investigações a que procedi para a elaboração da minha tese apresentada na Sorbona. Buscando na análise das contradições do liberalismo o motivo da aceitação das primeiras ideias socialistas em Portugal, isto é, seguindo um percurso diferente daquele outro que anteriormente me fizera chamar a atenção para a Geração de 1852, eu vim deparar-me mais uma vez com este ano no limite de um processo. Como processo político, vem a desenvolver-se desde 1820, data da primeira tentativa liberal; como processo ideológico, ganha corpo em 1848, ano da Revolução de Fevereiro

em França. Em 1851, todas as esperanças de reforma da sociedade portuguesa se polarizam no movimento da *Regeneração*, à sombra da qual se animam algumas iniciativas renovadoras que subsistem geralmente até 1852. Mas a reforma da sociedade portuguesa toma então um sentido diferente daquele que inicialmente animara a pequena burguesia a agir. É a grande burguesia que consolida o seu domínio, e o capitalismo estrutura-se então, ainda que brandinho sempre, como estandarte demagógico, o ideal regenerador. A sociedade portuguesa cai num grande abaixamento político e ideológico, enquanto no domínio económico se assiste à criação das estruturas em que assenta a moderna sociedade capitalista burguesa. O ano de 1852 marca assim o limite de um período de agitações e de inquietações que só volta a renovar-se a partir de 1871 aproximadamente.

Em que medida se manterão os condicionalismos da mentalidade de tipo proudhoniano em certas elites?

A mentalidade de tipo proudhoniano é a característica da pequena burguesia com as suas tendências para o radicalismo político e «revolucionário». Nesse sentido, o proudhonismo está na raiz do anarquismo, que teve entre nós, depois do revolucionarismo palavroso de Antero, uma certa voga pelos fins do século passado e princípios do actual. Mas nem a pequena burguesia foi capaz — nem o é, por definição — de traçar um caminho próprio diferenciado das classes que verdadeiramente se opõem — burguesia e proletariado — nem o anarquismo igualmente se revelou em alguma parte capaz — e isso também derivado da sua própria essência — de criar qualquer novo sistema político ou económico-social. Em tais condições, os condicionalismos da mentalidade de tipo proudhoniano mantêm-se na medida em que, pela agudização patente que ora se verifica da luta de classes, certas camadas da pequena burguesia, sobretudo as de feição intelectual ou intelectualizante, se esforçam por dar expressão ao seu desespero, tentando mais uma vez abrir caminho entre as soluções

de uma burguesia altamente experimentada, mas corrompida em muitos sectores, e as de tipo eminentemente proletário, que hoje tem já no mundo um peso e uma extensão consideráveis. Seria cegueira não reconhecer uma e outra destas realidades.

Mas por aquilo que eu próprio pude observar em França, onde a chamada «revolução de Maio» não passou de uma caricatura com efeitos espectaculares é certo, mas sem pensamento renovador definido, o anarquismo revela-se hoje tão impotente como no passado, e os seus gritos demagógicos, tais como «a imaginação ao poder» e outros, não foram capazes de suprir a profunda ignorância sobre a experiência histórica dos últimos cem anos de lutas sociais no mundo. Sem dar solução a qualquer dos problemas fundamentais do mundo moderno, o anarquismo representa, pelo contrário, o melhor pretexto para a instauração de ditaduras

burguesas. Neste sentido, o actual renascimento do anarquismo entre alguns sectores — digo bem alguns, felizmente reduzidos — sectores da juventude estudantil, representa um retorno a experiências já ultrapassadas na história dos movimentos sociais modernos. Isto sem menosprezar a justa razão que anima os movimentos espontâneos da revolta juvenil.

Quais as carências essenciais do espírito ensaístico «universitário»?

Bem. Já que fala em ensaismo, isso conduz-me a várias considerações.

O ensaio é hoje talvez o género literário mais prestigiado em Portugal. António Sérgio e Sílvio Lima (lembro o seu magnífico *Ensaio sobre a Essência do Ensaio*, Coimbra 1944) contribuíram poderosamente para essa valorização. E felizmente que assim acontece, pois que o ensaismo se entende como atitude anti-dogmática e capacidade de problematização.

Mas em França, por exemplo, é difícil entender-se o ensaismo do mesmo modo que actualmente se entende em Portugal.

Quase quatro séculos decorreram já sobre os *Ensaio*s de Montaigne, e pode dizer-se que o espírito ensaístico se encontra de tal modo impregnado em todas as criações culturais, que não se compreende que alguém se apresente lá sob o qualificativo de ensaísta.

Esta situação constata-se nomeadamente no domínio que foi o dos meus estudos em França. Lá, não se aceita que um investigador em história, como de resto em qualquer outro ramo do conhecimento, não possua—e em alto grau—o que nós classificamos aqui de espírito ensaístico. Toda a investigação se processa em função de uma problematização, e toda ela obedece necessariamente—como é imprescindível para todo o esforço científico—a um espírito crítico e anti-dogmático. Isto não é exclusivo da França, evidentemente. Esta é a atitude seguida em toda a parte onde exista uma perfeita compreensão da própria essência do espírito científico. Seguida mesmo entre nós, ainda que em bem reduzida prática.

O facto de o ensaismo gozar aqui de um prestígio podemos dizer autónomo, isto é, de certo modo dissociado dos diversos ramos de conhecimento, parece-me resultar do estado de atraso em que se encontra ainda a investigação entre nós, em alguns ramos pelo menos. Na história, por exemplo, é vulgar considerar-se o investigador como um *coca-bichinhos* dos arquivos, ou como um *rato das bibliotecas*. E muitas razões há para que esse conceito perdure, se considerarmos a ausência de espírito crítico e a carência de um pensamento director em muitos dos trabalhos que em Portugal se publicam. Esta preocupação, que se encontra em muitos investigadores, de se furtarem a tirar conclusões dos próprios factos que averiguum é, por outro lado, um prejuízo mental que resulta em grande parte da predominância do espírito positivista ainda hoje latente, tanto nas Universidades como entre os autodidactas. Eu próprio já pequei deste vício, e não tanto nos meus tempos de autodidacta, como sobretudo quando da minha formatura universitária.

Ora, modernamente, a história não se entende se ela se apresentar com esse ar de falsa imparcialidade de um Pôncio Pilatos que lava cautelosamente as mãos para se furtar à responsabilidade intelectual que implica toda a descoberta de uma ver-

dade, mesmo que esta não se considere como uma categoria absoluta.

Por isso a investigação em história, como nos demais domínios do conhecimento, exige do investigador múltiplas qualidades, científicas umas, morais outras, sendo que o da coragem intelectual não é de modo algum das menores. Digo isto em resultado da minha própria experiência, algumas vezes dolorosa, pois tive frequentemente, em resultado das investigações a que tenho procedido, de rever conceitos que anteriormente considerava sólidamente estabelecidos. Mas, ainda que doloroso, é neste esforço a um tempo destruidor de falsos conceitos e criador de novas hipóteses que consiste a maravilhosa actividade do espírito humano.

Que, como me pergunta, essa actividade criadora e crítica do espírito seja ou não apreciada e cultivada nas nossas Universidades, não posso — e creio que também não seria justo — responder-lhe de um modo generalizante. O rotineirismo e o dogmatismo estão ainda, por razões até de preguiça mental, muito arreigados em largos sectores intellectuais universitários; a atracção pelo anedótico e pelo discursivo é manifesta em muitos professores; o centralismo burocático, julgo, é outro factor negativo a pesar na má orientação das nossas escolas superiores. Mas é certo também que no próprio seio das Universidades portuguesas existem os gérmenes — quero referir-me a professores pedagógica e cientificamente qualificados — que representam já alguma coisa da Universidade futura. E todos os anos o espírito universitário é renovado por lufadas de ar vivificador, que sopra de fora para dentro, representado por aquelas camadas de jovens estudantes, cada vez mais exigentes no que respeita à renovação que se impõe.

Importa, na realidade, que a Universidade se abra aos mais aptos, e não apenas aos mais protegidos; que a função universitária não esteja adstrita exclusivamente aos interesses de uma classe, mas que cumpra uma missão integralmente nacional. O próprio evoluir da sociedade portuguesa exige uma tal renovação. Esta será um dos mais poderosos estímulos para que o espírito ensaístico e científico passem a dominar os nossos institutos culturais mais responsáveis.

Como estabelecer as bases de uma investigação científica em Portugal?

Certamente que há muitos caminhos a percorrer para lá chegar. Num país como o nosso não é nada desapropriado lembrar até que as bases de uma investigação científica assentam em grande medida na formação de uma sã mentalidade a partir da instrução primária. Lembro isto porque, embora felizmente já não estejamos na época, ainda assim bastante recente, em que o ler, escrever e contar constituía o fundamental objectivo do ensino primário, a verdade é que este ensino de base permanece eivado de gravíssimos vícios na formação, ou mais exactamente na deformação das mentalidades juvenis, que vão prejudicar pela vida fora as possibilidades de um claro raciocínio, que é a base de toda a investigação científica.

Para que em Portugal possa, portanto, haver uma investigação científica sistemática, será preciso que as novas gerações escolares sejam, por um lado, poupadas a todas as pressões irracionaisistas que habitualmente lhes são inculcadas desde tenra idade; e, por outro, se habituem ao discernimento claro e à expressão correcta do seu pensamento e da sua personalidade. É claro que tudo isto exige, por sua vez, a formação em bases novas do próprio professorado. Mas aí também, como já referi no que respeita à Universidade, há, tanto no ensino primário, como no preparatório e no secundário, elementos pedagógicamente válidos, e por vezes dotados de um bom espírito de feição científica, capazes de constituir o núcleo reformador e inovador que se impõe desenvolver. Falta que lhes sejam confiados os lugares de responsabilidade pedagógica e de efectiva autoridade directiva, e que disponham dos meios materiais e sócio-culturais necessários à sua consecução.

Se esses são os caminhos mais longínquos — mas de certeza os mais seguros — para estabelecer as bases de uma investigação científica sistemática em Portugal, outros mais directos há também a percorrer desde já, entre eles a criação de centros, de muitos centros de investigação, a diferentes níveis e em todos os ramos do conhecimento, a fim de podermos ultrapassar o mais rapidamente possível o estado de sub-desenvolvimento em que nos

encontramos. Para isso é também muito importante multiplicar a concessão de bolsas a intelectuais e técnicos portugueses, para poderem estagiar dois ou três anos em centros culturais e científicos estrangeiros. É minha opinião, que resulta da experiência própria, que três anos sem interrupção é o período ideal a que deve obedecer cada estágio, e que pelo menos metade de todos aqueles que em Portugal exercem funções intelectuais, sobretudo os de responsabilidade formativa e directiva, deviam passar a curto prazo por estágios dessa duração. Os nossos vícios mentais estão de tal modo arreigados nas nossas formas deformadas de pensar e as nossas carências de informação são tão profundas, que só um tal esforço colectivo nos poderá conduzir a uma efectiva e sólida modernização.

Recebeu convites para se fixar nalgum centro cultural estrangeiro?

Sim, e mesmo antes de ter terminado o meu trabalho. Como sabe, mas talvez nem sempre se tenha bem presente, a língua e a cultura portuguesas atraem um grande interesse no contexto cultural do mundo moderno. Somos cerca de cem milhões de pessoas a falar o português. Há extensas zonas de território tanto na América, como na África, na Ásia e até na Oceânia, além do nosso próprio continente, onde a língua portuguesa é falada. Há mesmo zonas consideráveis onde, independentemente da iniciativa oficial portuguesa, se processam actualmente campanhas de alfabetização à base da língua portuguesa. Por outro lado, há núcleos de estudos portugueses espalhados em múltiplos centros universitários de todo o mundo, onde se procura recolher os melhores produtos da nossa cultura, e onde se procede a diversas investigações sobre os mais diversos temas tanto da nossa história, como da literatura, da arte, da etnografia, da economia, etc. Há cátedras de Português em França, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na União Soviética (em Leninegrado, por exemplo), etc. No Instituto de Estudos Portugueses da Sorbona encontrei dicionários de Português-Russo e de Russo-Português editados em Moscovo. Ora todos esses centros espalhados pelo mundo estão inte-

ressados na colaboração de intelectuais portugueses, sobretudo os que se apresentem mais aptos à compreensão do mundo moderno, pois que o intelectual de formação científica, assim como o artista, é quem melhor sabe exprimir em linguagens universalmente inteligíveis, os problemas de Portugal e as ansiedades do seu Povo.

Mas eu resisti à tentação, como aliás tem feito a maioria dos nossos compatriotas que se encontram no estrangeiro. Resisti, primeiro, porque tinha um trabalho a realizar em França e não era legítimo que desviasse dele a minha atenção enquanto o não acabasse. Depois, porque entendo que os intelectuais e artistas portugueses que têm a rara sorte de poderem frequentar os centros culturais estrangeiros devem fazer reverter ao País o fruto da sua aprendizagem e da sua experiência, a mensagem colhida no contacto com outras mentalidades, ainda que isso lhes custe a incompreensão ou mesmo a hostilidade dos nativos que vivem circunscritos a horizontes limitados. Só por graves causas, nomeadamente as de ordem económica (pois que um intelectual, como qualquer homem, não vive apenas da paisagem ou dos ares do seu país), se pode compreender e aceitar que as coisas se passem de outro modo. E infelizmente, pouco antes ainda do meu regresso, eu ouvi a compatriotas nossos interrogarem-se deste modo: mas o que iria eu fazer para lá? aqui trabalho e ganho a minha vida, enquanto lá todas as portas nos estão fechadas. Esta é, com efeito, uma das maiores mágoas dos nossos ausentes: a de terem consciência, muito mais nítida do que a nossa aqui, do esforço imenso que importa desenvolver para a modernização da nossa mentalidade, e não poderem participar directamente nessa tarefa devido às muitas barreiras que se lhes opõe, nomeadamente as que resultam do estado de anquilose em que se encontra a administração das universidades e outras escolas.

Que obras prepara ou tem para publicar?

De momento, não tenho senão uma obra: a minha tese sobre «A Crise do liberalismo e as primeiras manifestações do pensamento socialista em Portugal (1820-1852)». É suficiente para me

dar muitos trabalhos e preocupações, pois trata-se de um trabalho inicialmente redigido em francês, cujo texto tem portanto de ser vertido para a nossa língua. Sem a inestimável colaboração de um casal erudito, os meus amigos Maria Helena e Augusto da Costa Dias, não me sentiria capaz de imediatamente vencer a imensidade dos problemas postos por esta reconversão do meu pensamento à língua portuguesa.

Muitos outros estudos tenho em mão, mas a sua consecução depende de múltiplos factores, nomeadamente das condições apropriadas que obtenha para os executar. Creio que não me é legítimo voltar ao amadorismo de outros tempos, mas não sei ainda exactamente que rumos tomará a minha vida no sentido de vencer as limitações subsistentes.

Composto e impresso na
Soc. Gráf. EDITORA POVEIRA L.da
Póvoa de Varzim

58

biblioteca
municipal
barcelos



59120

Texto integral da entrevista
de Victor de Sá ao Jornal de